



LAW
in everyday life

Quadro de Competências de Literacia Jurídica

Versão D1.3

Maria Rodrigues, Mariana Carola, Pedro Costa ¹

¹ INOVA+, PORTUGAL



Co-funded by
the European Union

Informações sobre as versões

Acordo de subvenção n.º.	
Acrónimo do projeto	O Projeto de Lei
Título do projeto	O Direito na Vida Quotidiana
Número do projeto	2021-1-HR01-KA220-SCH-000031584
Duração do projeto	01-11-2021 - 21-10-2024 (36 meses)
WP	<i>WP1 - Quadro de Competências de Literacia Jurídica</i>
Tarefa	<i>A1.3. Desenvolvimento do Quadro de Competências</i>
Versão	<i>D1.3. Quadro de Competências</i>
Estado	<i>Versão final</i>
Número da versão	6.0
Responsável pela entrega	<i>INOVA+</i>
Nível de difusão	Público

Histórico da versão

Versão	Data	Autor	Descrição
1.0	20/09/2022	M. Rodrigues M . Carola	Um primeiro esboço do quadro de competências
2.0	09/11/2022	M. Rodrigues M . Carola	Incorporação das reações dos parceiros
3.0	25/11/2022	M. Rodrigues M . Carola	Incorporação das reações dos parceiros na versão 2
4.0	13/12/2022	M. Rodrigues M . Carola	Incorporação das reações dos parceiros na versão 2
5.0	17/01/2023	M. Rodrigues P. Costa	Incorporação do feedback dos professores_ versão 1
6.0	01/11/2023	M. Rodrigues P. Costa	Comparação e homogeneização com o manual para estudantes
7.0	18/12/2023	M. Rodrigues P. Costa	Entrega da versão atualizada e final

Resumo do projeto

"A União baseia-se nos valores (...) da democracia, (...) do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos (...). Estes valores são comuns aos Estados-Membros (...)." Esta citação do artigo 2º do Tratado da União Europeia mostra que a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos fazem parte dos valores fundamentais da UE. No entanto, nem todos os cidadãos europeus os conhecem, especialmente os mais jovens.

O projeto Law in Everyday Life contribui para aumentar a sensibilização para os valores comuns, o empenho cívico e a participação dos cidadãos, salientando a literacia jurídica básica como uma das competências necessárias para que um indivíduo seja ativo na comunidade democrática a qualquer nível. O projeto considera a literacia jurídica básica e a sua promoção na educação e noutros contextos educativos como um pré-requisito para um sistema democrático de qualidade na UE e nos Estados-Membros. Só os cidadãos que conhecem e compreendem conceitos, princípios e termos jurídicos básicos podem viver em democracia, apoiar o Estado de direito e proteger os direitos fundamentais.

O documento "Key Competences for Lifelong Learning" (Competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida)¹ afirma claramente a necessidade de capacitar os jovens relativamente aos conceitos e estruturas jurídicas fundamentais. Tanto quanto sabemos, há uma clara falta de estudos e investigação neste domínio que ajudem a elaborar um quadro de competências para a literacia jurídica básica dos estudantes com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. Para colmatar esta lacuna, estas competências serão identificadas em colaboração com peritos jurídicos, profissionais da área e profissionais da educação.

O objetivo geral do projeto é promover a literacia jurídica básica nas escolas. Prevê-se que este objetivo seja alcançado através do desenvolvimento de um **quadro de competências para a literacia jurídica básica para jovens entre os 14 e os 18 anos**. Na sequência do quadro de competências, os parceiros desenvolverão materiais de ensino e aprendizagem, incluindo um programa de formação de professores, um manual do aluno, um manual do professor e um MOOC, para permitir que qualquer interveniente no sector da educação desenvolva programas, projetos, disciplinas, materiais e atividades educativas destinados a aumentar a literacia jurídica básica. O objetivo final do projeto é sensibilizar para a importância da literacia jurídica na educação e na nossa vida quotidiana.

¹ A Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2018 sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida está disponível [aqui](#).

Índice

<i>Quadro de Competências de Literacia Jurídica</i>	6
COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS QUADRO DE COMPETÊNCIAS DE LITERACIA JURÍDICA	7
Quadro de Competências Transversais	8
QUADRO DE COMPETÊNCIAS DE LITERACIA JURÍDICA PARA ALUNOS DE 14 ANOS	10
Quadro de Competências para alunos de 14 anos	11
QUADRO DE COMPETÊNCIAS DE LITERACIA JURÍDICA PARA ESTUDANTES DE 18 ANOS ...	18
Quadro de Competências para alunos de 18 anos	19

Quadro de Competências de Literacia Jurídica

O **Quadro de Competências de Literacia Jurídica** baseia-se nos resultados dos relatórios nacionais de Portugal, Itália, França e Croácia, nas conclusões do estudo de mapeamento, nas conclusões da parceria, nas opiniões de peritos jurídicos e na literatura. Como tal, o quadro de competências inclui os principais tópicos e os resultados educativos esperados que os alunos de 14 e 18 anos devem alcançar, depois de utilizarem os recursos desenvolvidos no âmbito deste projeto. O quadro está dividido em diferentes domínios, de acordo com a investigação desenvolvida pelos parceiros, e será a base para a sensibilização para a importância de a literacia jurídica se tornar parte integrante da Educação para a Cidadania.

Os quadros que se seguem estão divididos de acordo com o grupo etário em que devem ser utilizados. Durante a investigação e o desenvolvimento do Quadro de Competências, verificou-se a necessidade de criar um **domínio transversal**, útil tanto para alunos de 14 como de 18 anos, como ponto de partida para um conhecimento mais completo e perspicaz da literacia jurídica. Este domínio transversal, o "ABC do Direito", inclui os princípios, ideias e conceitos básicos associados ao sistema jurídico.

Para além dos domínios e dos resultados educativos esperados, os quadros incluem também um exemplo de metodologia por tópico, que pode ser utilizado para ajudar os professores a ensinar estes conceitos de forma mais interativa. As metodologias propostas baseiam-se nas conclusões e nos resultados do relatório de síntese, que se baseia nos contributos de peritos jurídicos. **Deve ter-se em conta que estas metodologias têm apenas o objetivo de exemplificar diferentes abordagens para proporcionar uma experiência de aprendizagem mais interessante para os alunos.** Por conseguinte, os professores podem utilizar outras abordagens para ensinar os temas e não precisam de se limitar às opções sugeridas.

Os quadros seguintes apresentam os domínios em que os alunos irão trabalhar e desenvolver as suas competências de literacia jurídica, bem como algumas metodologias de ensino propostas.



COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS

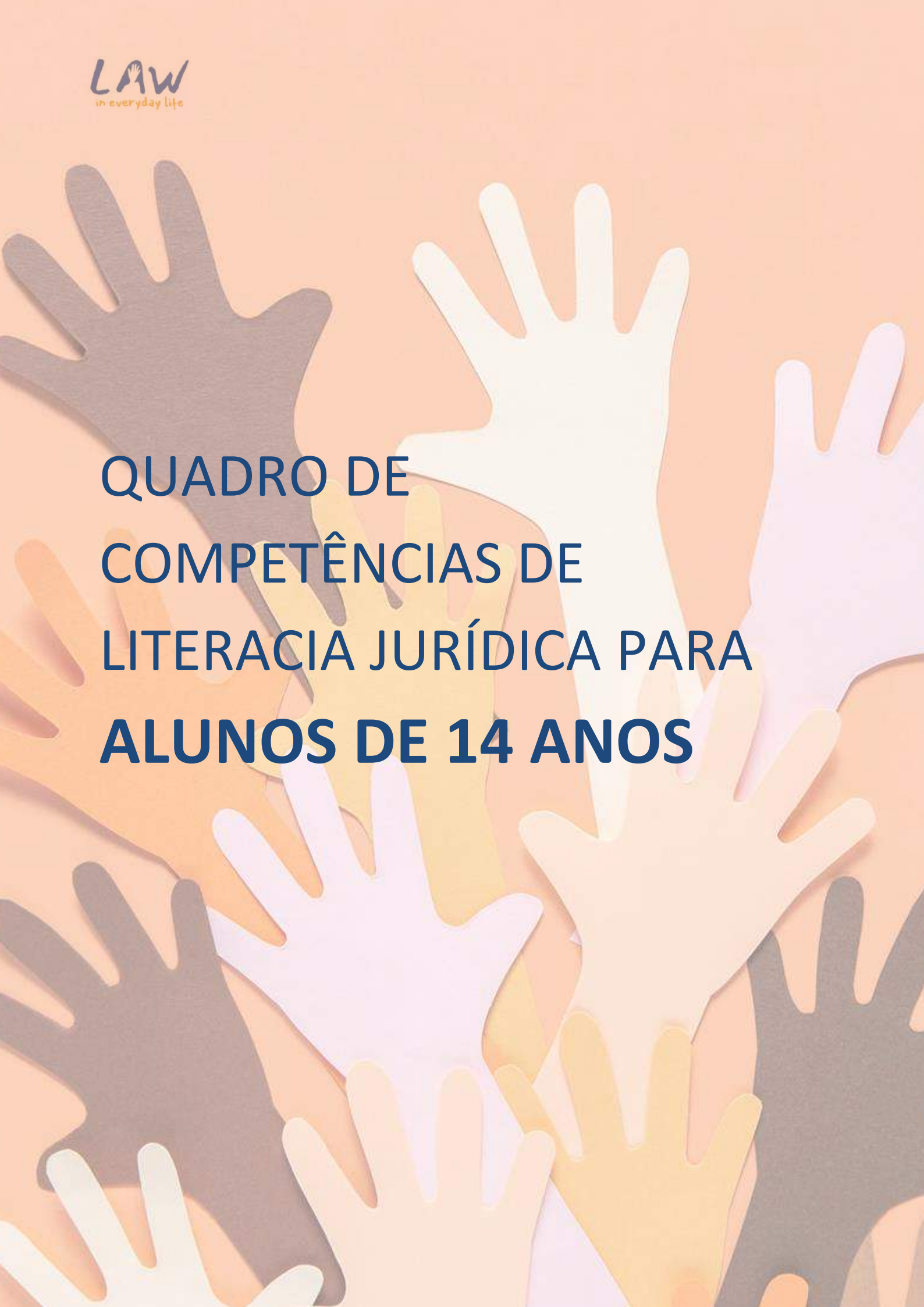
QUADRO DE COMPETÊNCIAS DE LITERACIA JURÍDICA

Quadro de Competências Transversais

Tabela 1- Quadro de Competências Transversais

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	Metodologia
ABC do Direito	Diferença entre Direito, Moral, Costumes e Regras	<ul style="list-style-type: none"> O aluno distingue os conceitos de direito, moral, costumes e regras O aluno distingue entre leis morais e éticas O aluno descreve o conceito de moralidade relacionado com os princípios de comportamentos certos e errados O aluno aceita que cada um pode ter os seus princípios morais, mas que as regras jurídicas se aplicam a todos 	Elaboração de mapas conceptuais; Análise e dramatização/situações humorísticas da literatura mundial, da história do cinema ou dos jogos de computador
	A Separação de Poderes entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judicial	<ul style="list-style-type: none"> O aluno explica os fundamentos da democracia e o conceito de Estado laico (ou seja, o poder representativo) O aluno define a separação de poderes, descreve-os e explica esta divisão O aluno reconhece a separação de poderes a nível local, nacional e europeu, o seu papel e as suas competências O aluno considera que a violação da separação de poderes é prejudicial à democracia e ao Estado de direito 	Jogo de papéis com 3 <i>personagens</i> (legislativo, executivo e judicial) e cada <i>aluno/personagem</i> assume e defende as características de cada ramo

	<p>Noções de Personalidade Jurídica e de Capacidade Jurídica</p>	<ul style="list-style-type: none">• O aluno define os conceitos de personalidade jurídica e de capacidade jurídica• O aluno identifica situações quotidianas em que estes conceitos são aplicados• Os alunos explicam a noção de ato jurídico• O aluno estabelece uma relação entre cidadão, cidadania e pensamento crítico	<p>Apresentações individuais baseadas na sua experiência pessoal quotidiana; Trabalho colaborativo; TedTalks</p>
--	--	--	--



**QUADRO DE
COMPETÊNCIAS DE
LITERACIA JURÍDICA PARA
ALUNOS DE 14 ANOS**

Quadro de Competências para alunos de 14 anos

Tabela 2 - Direitos e obrigações básicos associados ao facto de se viver num Estado

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	Metodologia
Direitos e obrigações básicos associados a viver num Estado	A diferença entre direitos, deveres e obrigações	<ul style="list-style-type: none"> O aluno diferencia os conceitos de direitos, deveres e obrigações O aluno relaciona liberdade e responsabilidade e distingue entre responsabilidade moral e civil (legal) O aluno descreve a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem como referências importantes para a proteção dos direitos humanos O aluno enumera e explica os seus direitos, deveres e obrigações enquanto cidadão do seu país e da UE 	Aprendizagem com base em projectos (os alunos têm de criar um projeto/protótipo com base na DUDH/EDH); Debates
	O alcance e os limites da liberdade de expressão política	<ul style="list-style-type: none"> O aluno define a liberdade de expressão e a sua importância para uma sociedade democrática O aluno nomeia diferentes sistemas políticos nacionais (por exemplo, democracia, monarquia, ditadura, etc.) e identifica o nível de liberdade de expressão associado a cada um deles O aluno nomeia e descreve documentos jurídicos internacionais, europeus e nacionais relevantes relativos à liberdade de expressão 	Debate em que os grupos de alunos têm de defender ideias opostas; Dramatizações; Relato de alguns exemplos reais actuais

<p>A noção e os limites do direito de livre acesso à informação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno define o que é o direito de livre acesso à informação • O estudante dirige-se às instituições onde certos tipos de informação devem ser procurados 	<p>Criação de um blogue que promova a literacia mediática a nível local ou nacional;</p> <p>Ideia concreta de atividade: <i>investigar as diferenças na liberdade de jornalismo (HND ativo em alguns países, liberdade de jornalismo reduzida noutros países, consequências da violação de proibições a jornalistas).</i></p>
<p>O significado da presunção de inocência e os direitos que lhe são inerentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno define o conceito de presunção de inocência e a sua importância para o Estado de Direito • O aluno descreve o conceito de "in dubio pro reo" • O aluno enumera e explica outros direitos no processo penal 	<p>Pesquisar o significado da presunção de inocência e os direitos que lhe estão associados e preparar uma apresentação;</p> <p>Debates sobre a justiça penal (prós e contras da pena de morte; prisão perpétua; idade mínima para a responsabilidade penal);</p> <p>Ideia concreta de atividade: <i>Investigar os exemplos em que professores ou polícias são acusados e, na apresentação, o significado da presunção de inocência e os direitos que lhe estão associados, e dizer se e porque é que as pessoas mencionadas devem ser temporariamente "afastadas" do sistema até que a sua inocência seja provada</i></p>

	<p>A gradação da responsabilidade penal em função da idade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno distingue o conceito de responsabilidade de não ser responsável • O aluno reconhece a idade a partir da qual uma pessoa pode ser responsabilizada criminalmente nos diferentes países • O aluno identifica situações que podem ser punidas por lei, de acordo com a sua idade 	<p>Os alunos recriam um julgamento para compreender tudo o que envolve a responsabilidade penal, com a participação de um jurista (se possível)</p> <p>Interpretação de casos reais</p>
	<p>Proibições legais de desordem pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno distingue os tipos de desordem pública (por exemplo, vandalismo, graffiti, hooliganismo, ouvir música alta) • O aluno esclarece o conceito e a importância da desobediência civil • O aluno identifica as consequências dos actos de desordem pública 	<p>Apresentação em sala de aula em grupos/pares (trabalho colaborativo)</p> <p>Participação de uma autoridade legal (um agente da polícia, por exemplo) na sala de aula para discutir exemplos de violações da ordem pública e da paz na vida quotidiana (bairro, informações dos meios de comunicação social)</p>

Tabela 3- Relações familiares

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	Metodologia
Relações Familiares	Os Direitos da Criança no direito nacional e internacional	<ul style="list-style-type: none"> O aluno nomeia os principais instrumentos jurídicos a nível do Estado e da UE, criados para proteger as crianças O aluno descreve a Declaração Universal dos Direitos da Criança (UNICEF) e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE como referências importantes para a proteção dos direitos humanos O aluno identifica as diferenças entre os direitos das crianças no seu país e noutros países, caso existam 	<p>Ver um filme sobre estes temas e debatê-lo na aula (por exemplo, As tartarugas podem voar)</p> <p>Uma visita ao Gabinete do Provedor da Criança ou a outra instituição, um perito na proteção dos direitos da criança</p>
	Fundamentos da parentalidade	<ul style="list-style-type: none"> O aluno apresenta uma definição legal de casamento e explica o conceito de paternidade e maternidade O aluno descreve como a paternidade e a maternidade são legalmente estabelecidas O aluno descreve os direitos e deveres fundamentais associados à parentalidade O aluno descreve os direitos e deveres básicos das crianças em relação aos seus pais 	Os alunos analisam um estudo de caso em pares e discutem-no com os seus colegas

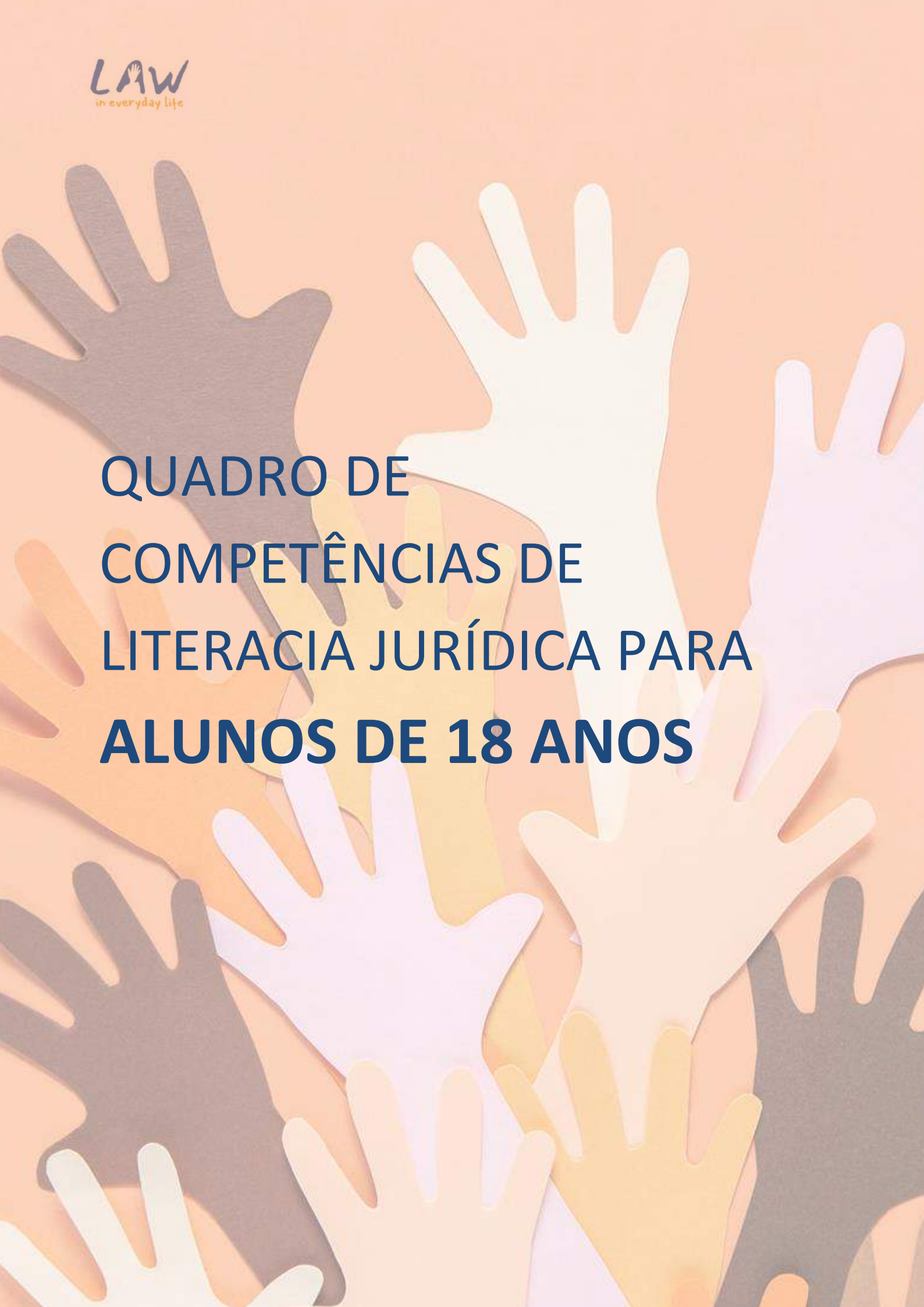
Tabela 4 - Segurança na Internet

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	Metodologia
Segurança na Internet	Modalidades de proteção de dados na Internet	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno define proteção de dados e reconhece o seu processo • O aluno enumera e descreve os principais princípios do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados • O aluno descreve os métodos essenciais de proteção de dados • O aluno aplica os princípios básicos das orientações nacionais e comunitárias em matéria de cibersegurança 	<p>Elaboração de um cartaz com as principais ideias associadas à proteção de dados para apresentar à comunidade escolar</p> <p>Promoção de palestras organizadas pelos alunos com a participação e envolvimento de toda a comunidade (EE, parceiros externos, autarquia e governo local)</p> <p>Organização de uma comissão para distinguir: o melhor cartaz, o melhor vídeo</p>
	A proibição de perjúrio, insulto, intimidação e outras formas de discurso ilegal na Internet	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno conhece as fronteiras e os limites da liberdade de expressão nas redes sociais/na Internet • O aluno discute as consequências associadas ao <i>cyberbullying</i> e a outras formas de linguagem abusiva • O aluno reconhece o código de conduta nacional (se aplicável) e o código de conduta da UE sobre o combate ao discurso de ódio ilegal em linha • O aluno identifica as acções a tomar e a quem se dirigir quando confrontado com linguagem abusiva <i>online</i> 	<p>Apresentações de especialistas que se preocupam com a idade dos alunos</p> <p>Campanhas de sensibilização</p>

Tabela 5 - Ética jurídica e social

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	Metodologia
Ética Jurídica e Social	As diferentes formas de delinquência sexual	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno reconhece a importância da igualdade de género e o direito à autodeterminação e ao respeito pela diferença • O aluno compara a forma como a lei se relaciona com o sexo e a sexualidade no seu país e na UE • O aluno distingue as formas de delinquência sexual • O aluno reconhece as principais características do assédio sexual • O aluno descreve o processo de denúncia de assédio sexual 	Apresentações de peritos que cuidam da idade dos estudantes. Conversa com peritos de organizações de sensibilização e proteção das vítimas
	Proibição da utilização e distribuição de drogas não medicinais	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno identifica o que é um medicamento não medicinal • O aluno reconhece as normas legais e as consequências do uso/posse/distribuição e venda de drogas não medicinais 	A escola convida um perito em drogas não medicinais (por exemplo, polícia ou especialista em saúde) OU associações que trabalham na área das pessoas que testemunham, na 1ª pessoa, o seu percurso aditivo
	Proibições legais de gravação e/ou distribuição não autorizada de conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos conhecem o conceito de direitos de autor • O aluno define os limites da gravação e/ou distribuição de diferentes tipos de conteúdos (áudio, vídeo, peças de teatro, concertos, etc.) • O aluno descreve as consequências associadas à gravação e/ou distribuição não autorizada de conteúdos 	<p>A escola convida um especialista do sector audiovisual para explicar a importância da proteção do seu trabalho;</p> <p>Ver um filme temático com posterior debate e conclusões</p>

- O aluno discute formas de combater a gravação e/ou distribuição não autorizada de conteúdos



**QUADRO DE
COMPETÊNCIAS DE
LITERACIA JURÍDICA PARA
ALUNOS DE 18 ANOS**

Quadro de Competências para estudantes de 18 anos

Tabela 6 - Fundamentos da ordem jurídica e da organização do Estado

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	Metodologia
Fundamentos da Ordem Jurídica e da Organização do Estado	Hierarquia das normas jurídicas	<ul style="list-style-type: none"> O aluno conhece o conceito de Estado e os seus elementos (por exemplo, nação, território, soberania) O aluno descreve os mecanismos de aprovação e alteração de leis e a Constituição O aluno discute a forma como as leis são estruturadas e a sua hierarquia nos seus países nacionais O aluno interpreta os princípios fundamentais da Constituição Nacional O aluno distingue ilegalidades de inconstitucionalidades 	Os alunos criam um questionário para ser jogado com os seus pares (gamificação)
	A interação entre o direito nacional e o direito supranacional (por exemplo, o direito da UE, o direito do Conselho da Europa ou das Nações Unidas)	<ul style="list-style-type: none"> O aluno reconhece a estrutura hierárquica, ou seja, a hierarquia dos regulamentos ou leis individuais Os alunos definem o que são leis nacionais e supranacionais O aluno analisa a relação entre as leis nacionais e as leis da UE e classifica a hierarquia das instituições da UE 	Os alunos elaboram um mapa de conceitos
	A noção e os princípios fundamentais do	<ul style="list-style-type: none"> O aluno analisa as principais características do orçamento público 	Os alunos simulam a elaboração do orçamento público

orçamento público

- O aluno compara os orçamentos públicos e privados
- O aluno exemplifica o impacto do orçamento público na sua vida quotidiana

Tabela 7 - Base Direitos e obrigações inerentes ao facto de se viver num Estado

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	
Direitos e Obrigações Básicos associados a viver num Estado	Os fundamentos do governo autónomo	<ul style="list-style-type: none"> O aluno distingue os tipos de poder de um governo (por exemplo, administrativo, financeiro, político, legislativo) O aluno define o conceito de soberania O aluno descreve o princípio do auto-governo num Estado soberano O aluno estabelece a relação entre o Estado e as unidades/regiões autónomas 	Os alunos preparam uma peça de teatro que exemplifica a relação entre o Estado e as unidades/regiões autónomas, os diferentes tipos de poder, etc.
	Vias de proteção jurídica perante o sistema judicial e administrativo	<ul style="list-style-type: none"> O aluno define conceitos básicos associados ao sistema judiciário e administrativo O aluno reconhece os fundamentos da proteção jurídica e a sua aplicabilidade (diferentes jurisdições em diferentes tipos de litígios) 	Investigação individual e apresentação de um projeto

Mesa 8- Fundamentos do Direito Civil

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	Metodologia
Fundamentos do Direito Civil	Fundamentos sobre herança	<ul style="list-style-type: none"> O aluno define os conceitos básicos associados à herança (inventário, beneficiários, herdeiros, herdeiros, testamento, etc.) O aluno distingue a herança por testamento da herança por lei 	Os alunos analisam um estudo de caso em que põem em prática os seus conhecimentos sobre heranças
	Noções básicas sobre os contratos mais frequentes na prática	<ul style="list-style-type: none"> O aluno explica o conceito de contrato O aluno distingue os tipos de contratos mais frequentemente utilizados (contrato de venda, contrato de empréstimo, contrato de troca) O aluno discute as noções básicas associadas a um contrato de venda em linha O aluno define o conceito de contrato de aluguer e explica como é estabelecido 	Os alunos analisam diferentes tipos de contratos com os quais podem interagir diariamente (contratos de trabalho, Spotify, Netflix, etc.)

Tabela 9 - Empreendedorismo e trabalho

Domínio	Tópicos	Resultados escolares esperados	Metodologia
Empreendedorismo e Trabalho	Fundamentos das empresas	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno reconhece os princípios básicos das formas jurídicas e os requisitos mínimos de capital para criar uma empresa em diferentes países • O aluno define as formas de encerramento de empresas • O aluno reconhece as condições para a venda legal de artesanato e para o estabelecimento de um negócio em linha. 	A escola convida um gestor para apresentar os requisitos para iniciar e encerrar uma empresa
	Informações de base sobre os direitos no âmbito das relações laborais e ligados a essas relações	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno enumera os direitos básicos dos trabalhadores em matéria de direito do trabalho • O aluno descreve os seus direitos em matéria de saúde e segurança no trabalho • O aluno reconhece a importância da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho • O aluno identifica os princípios fundamentais da regulamentação do trabalho • O aluno distingue os diferentes tipos de contratos de trabalho 	A escola convida um gestor de recursos humanos para apresentar os direitos e deveres dos trabalhadores ao abrigo de um contrato de trabalho OU convida o Comissário para a Segurança no Trabalho ou o Responsável pela Proteção de Dados Pessoais



pistes solidaires



Partners

Coordinator

Forum Za Slobodu Odgoja – Croatia
www.fso.hr

Sveuciliste U Rijeci – Croatia
www.uniri.hr

Centro Per Lo Sviluppo Creativo Danilo Dolci – Italy
www.danilodolci.org

Pistes Solidaires – France
www.pistes-solidaires.fr

Inovat – Innovation Services – Portugal
www.inova.business

Agrupamento de Escolas de Vilela – Portugal
www.esvilela.pt

thelawproject.eu

